

# A RURALIDADE ONTEM E HOJE:

## Uma análise do rural na contemporaneidade.

FERNANDA CRISTINA LAUBSTEIN<sup>1</sup>

---

**Resumo:** Com a modernização tecnológica verificada no campo da agricultura a partir da década de 1960, diversas pesquisas sobre o meio rural brasileiro têm apontado para um quadro de desarticulação das comunidades rurais a partir do êxodo rural verificado no processo de industrialização e mecanização da produção agrícola. Contudo, a predominante idéia de que o meio rural perdeu suas características essenciais ao ser tomado por processos de produção, serviços e modos de vida tipicamente urbanos, passou a ser questionada por alguns autores que sustentam essas transformações sociais no campo enquanto promotoras de um 'novo rural' uma vez que constatarem neste espaço, o surgimento de novas atividades econômicas não agrícolas e, conseqüentemente, a emergência de novas práticas políticas, econômicas e sociais. Segundo estes autores o desafio da sociologia rural na atualidade seria o de requalificar o olhar sobre as dinâmicas da ruralidade e desenvolver novas concepções teóricas que permitam apreender o sentido e a direção destas transformações. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar criticamente o uso do termo 'novo rural' no quadro das pesquisas sociais sobre a ruralidade contemporânea.

**Palavras-chave:** Sociologia Rural, Modernidade, Nova Ruralidade

**Abstract:** With the technological modernization verified in the field of the agriculture starting from the decade of 60, several researches in the Brazilian rural way they have been appearing for a picture where the rural communities lose the integration because of the rural exodus verified in the industrialization process and mechanization of the agricultural production. However, the predominant idea that the rural way lost your essential characteristics when being taken typically by production processes, services and life manners urban, it became questioned by some authors that sustain those social transformations in the field while promoters of one 'new rural' once they verify in this space, the appearance of new economical activities not agricultural and, consequently, the emergency of new practices political, economical and social. According to these authors the challenge of the rural sociology at the present time would be to qualify in a different way the glance on the dynamics of the rurality and to develop new theoretical conceptions that allow apprehending the sense and the direction of these transformations. In that way, the objective of this work is to analyze critically the use of the term 'new rural' in the picture of the social researches on contemporary rurality.

**Keywords:** rural sociology. modernity. new rurality.

---

### INTRODUÇÃO

O modelo predominante de desenvolvimento da agricultura gestado nas sociedades industriais e capitalistas, implementado, sobretudo, no pós-guerra, foi norteado por uma determinada racionalidade técnica e

econômica. Os processos de urbanização, industrialização e modernização da agricultura, ancorados neste modelo e no modo de produção capitalista, foram concebidos como hegemônicos e inevitáveis, ou até mesmo necessários, em escala planetária. No entanto, ao privilegiar o crescimento econômico, este modelo

resultou em ampla degradação ambiental, em êxodo rural acelerado, no crescimento desordenado dos centros urbanos e na marginalização socioeconômica de uma grande parcela da população mundial.

A partir deste quadro analítico, já bastante conhecido nas Ciências Sociais, a maior parte das construções teóricas sobre o espaço rural a partir dos anos 60, quando ocorreu a chamada 'Revolução Verde', aponta para um quadro crescente de despovoamento e desarticulação das comunidades rurais, o que acabaria, nesta perspectiva, culminando com o seu desaparecimento (Ferreira, 2002). No entanto, verifica-se na mesma época, o surgimento de estudos científicos sobre a vida rural no Brasil que vieram a questionar essa construção teórica de ruralidade enquanto modo de vida demarcado pelo isolamento.

Maria Isaura Pereira de Queiroz em seu livro 'O campesinato brasileiro', publicado em 1973, faz uma interessante revisão bibliográfica de teorias existentes sobre o rural até aquela década, apontando para a insustentabilidade de estudos como os de Sylvio Romero e de Euclides da Cunha, os quais propuseram as primeiras hipóteses explicativas sobre a conservação de modos de vida que pareciam inteiramente desligados daqueles que se observavam nas áreas urbanas:

Apoiadas nas teorias da época, as hipóteses ganharam foro de explicação definitiva, e constituíram daí por diante as coordenadas dentro das quais os fenômenos do mundo rural brasileiro passaram a ser observados. Isto é, estes foram vistos através de interpretações que agiam como limitadores das observações e das conclusões (QUEIROZ, 1973).

Observa a autora, uma saga de trabalhos que tiveram a intenção de descrever e interpretar as populações camponesas no Brasil, destacando em termos de influências teóricas, os estudos de

Oliveira Vianna (1923), Gilberto Freyre (1933), Caio Prado Jr. (1963) e Antonio Cândido (1964). Analisa cada um destes trabalhos e suas específicas contribuições teóricas – tendo em vista o fato de serem de décadas e regiões diferentes – na tentativa de promover uma definição sociológica do modo de vida das populações camponesas, a qual chamou de 'campesinato':

A descrição das características do campesinato, vistas por diversos autores e em regiões diferentes, faz chegar à conclusão de que certos traços o definem, sejam quais forem os detalhes que diferenciam os camponeses de regiões diversas do globo. Estes traços são os seguintes: o camponês é um trabalhador rural cujo produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte do aluguel da terra quando não é proprietário; devido ao destino da produção, é ele sempre policultor. O caráter essencial da definição de camponês é, pois, o destino dado ao produto, pois este governa todos os outros elementos com ele correlatados. Assim, dificilmente cultivará grandes extensões de terra; por outro lado, não sendo a colheita destinada à obtenção do lucro, não deve ele ultrapassar certo nível de gastos a fim de não onerar a disponibilidade econômica familiar – de onde se empregar preferencialmente sistema de cultivo e instrumentos rudimentares, e se utilizar mão-de-obra familiar. (...) Economicamente, define-se o camponês pelo seu objetivo de plantar para o consumo. Sociologicamente, o campesinato constitui sempre uma camada subordinada dentro de uma sociedade global – subordinação econômica, política e social (QUEIROZ, 1973).

Em toda a sua obra, Maria Isaura Pereira de Queiroz tenta dar ao 'sitiente' uma construção sociológica que considere suas relações de trabalho e de vida social, no intuito de contrariar a sociologia rural existente até então, a qual tinha por base um

determinado isolamento daquilo que a literatura chamou de 'caipira'. Apesar da importante contribuição científica feita por esta autora, constata-se que no Brasil, o meio rural sempre foi referenciado como um espaço voltado para a produção agrícola, marcado pelo isolamento, pelo despovoamento e pela precariedade das relações sociais, em oposição à cidade, depositária privilegiada das ações do poder público, dos serviços e dos equipamentos.

Com o avanço do sistema capitalista a partir da década de 50, o rural passou a ser visto apenas como cenário oficial da produção econômica determinante das relações de poder no país (a produção agrícola) e, assim sendo, um território inteiramente prescrito e comandado por estas mesmas relações, no qual se verifica um modo de viver urbano portador, segundo Lefebvre, de 'sistemas de objetos' e 'sistemas de valores' tipicamente urbanos:

Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário moderno o que comporta novas exigências no que diz respeito aos serviços. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida ação das modas que vem da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade (LEFEBVRE, 1969, p. 17).

Porém, as atuais contradições econômicas, sociais e ambientais ligadas ao modo de produção econômica do país, têm suscitado uma nova forma de se pensar as funções do espaço rural para além da produção de alimentos e de matérias-primas, o que têm despertado novas práticas econômicas e sociais no campo e

conseqüentemente, novas concepções acerca da ruralidade.

Um conjunto de atividades diferentes das tradicionais passou a ser desenvolvido no campo. Essas atividades caracterizam-se pela incorporação de novos produtos agropecuários, industriais, prestação de serviços e atividades de entretenimento, caracterizadas pela busca por espaços bucólicos e/ou marcados pela tradição cultural, nos momentos de ócio. Essas atividades emergentes em vários pontos do globo entusiasmaram grupos de estudiosos brasileiros que passaram a falar de um 'novo rural' no Brasil.

Estes estudiosos defendem a idéia de que as atividades no meio rural hoje passam a ser articuladas a outros temas e preocupações, tais como a segurança alimentar, a qualidade dos alimentos, a proteção do meio ambiente, a valorização dos diferentes tipos de territórios e a geração de oportunidades de emprego, de renda e lazer:

Além das mudanças e transformações na redefinição do que seja o rural, muito tem se falado num processo de revitalização dos espaços rurais, ou seja, aos espaços rurais têm sido associadas visões sobre a diversidade e diversificação da economia de uma determinada região, a inserção de atividades não-agrícolas, pela valorização dos seus atributos e potencialidades locais referentes ao seu entorno físico, sócio-cultural e a vinculação de sua população ao manejo dos recursos naturais, favorecendo e conformando dinâmicas territoriais específicas (ABRAMOVAY, 2000).

Argumenta-se que o meio rural, ao realizar diversificadas atividades agrícolas e não-agrícolas, tem possibilitado uma nova construção social de seu espaço, necessitando assim de uma nova concepção teórica acerca da ruralidade. O que se questiona diante disso é 'até que ponto se pode considerar esse novo rural como sendo

realmente rural’, ou seja, ‘será que este espaço – atualmente repleto de práticas econômicas e sociais tipicamente urbanas – pode ser considerado rural simplesmente por estar geograficamente localizado nos limites da cidade?’

Sistematizam-se aqui algumas reflexões que objetivam compreender as atuais configurações sociais do espaço rural para pensar as possibilidades de uso do termo que recorrentemente têm se verificado entre pesquisadores da sociologia rural. O conceito de ‘novo rural’ exige primeiramente um questionamento do rural enquanto categoria de pensamento, o que possibilita uma reflexão teórica importante dentro dessa discussão.

Retornaremos assim ao rural anterior às transformações econômicas da década de 1960 e, conseqüentemente, a um debate que naquele momento histórico já se caracterizava pela diversidade de olhares e concepções teóricas sobre a estrutura e o papel social do campo, considerando que a mesma diversidade de análises se faz presente até hoje na sociologia rural brasileira e precisa ser revista.

## **RAÍZES TEÓRICAS DA SOCIOLOGIA DO MUNDO RURAL**

De acordo com a autora Maria Izaura Pereira de Queiroz, cujas pesquisas tiveram grande contribuição na definição dos campos de pesquisa da Sociologia Rural e, portanto, de seu objeto, duas tendências muito importantes marcaram os estudos sobre o meio rural até meados da década de 1960: a tendência francesa, cujos trabalhos (mesmo os de pesquisa de campo) se orientaram sempre para uma definição cada vez mais refinada do objeto da Sociologia Rural e a tendência americana, voltada para a prática imediata, que pretende dominar um aspecto considerado atrasado e insatisfatório da realidade social para promover nele uma

mudança mais rápida no sentido da modernização.

A primeira tendência se norteia por indagações de tipo teórico. Aborda os problemas da sociologia rural numa perspectiva global, através de uma grande e constante indagação do que é o urbano. A segunda, como muito bem nota o autor Henri Mendras, não se interessa por essas diferenciações. Para ela o urbano e o rural são domínios perfeitamente distintos e definidos, estando o meio rural em processo de diferenciação expresso na adoção cada vez maior de modernas técnicas de trabalho, na mecanização da lavoura e numa especialização cada vez maior do trabalho. Essa segunda tendência aceita como inevitável uma homogeneização cada vez maior dos dois espaços, tendendo o rural a se confundir com o urbano no que diz respeito às instituições, serviços e comportamentos.

A tendência francesa indaga a própria existência dessa homogeneização, preocupando-se prioritariamente com os rumos reais que seguem os processos de mudança no meio rural e no meio urbano, sendo a adaptação de ambos os meios um subproduto de um programa de trabalhos que é, antes de mais nada, teórico. Analisa o meio rural e o meio urbano enquanto esferas interconectadas que pressupõem a complementaridade de um meio sobre o outro, como parte de um conjunto social mais amplo ao passo que a tendência americana concebe os mesmos espaços como extremos de uma escala de muitas graduações, onde as particularidades de cada espaço estão cada vez mais diluídas. Ambas estão baseadas na perspectiva do ‘continuum’ que procura resolver um questionamento anterior da sociologia rural que eram as teorias ‘dicotômicas’.

As definições existentes do que seja rural e urbano, de uma forma geral, são associadas a essas duas grandes abordagens: a dicotômica e a de continuum. Na primeira,

a ênfase recai sobre as diferenças que se estabelecem entre estes dois espaços, sendo o campo pensado como algo que se opõe à cidade. Na segunda, ocorre uma aproximação entre o espaço rural e a realidade urbana. As definições clássicas, formuladas a partir do final do século XIX, partem da observação de vários aspectos da realidade para ressaltar as principais características do espaço rural, constituindo-se em um alicerce para formulações de conceituações dicotômicas entre o rural e o urbano. De acordo com Blume (2004, p.18),

[...] os primeiros debates e reflexões surgem sistematizadas por uma leitura que assume o rural como uma realidade específica e oposta ao urbano, embasada pelos estudos das diferenças entre comunidade e sociedade, de Ferdinand Tönnies. Este antagonismo dualístico para o rural era o tema da corrente denominada de dicotômica.

Marx e Weber ressaltam que, pouco antes da disseminação do capitalismo urbano-industrial pelo mundo, originou-se um conflito entre duas realidades distintas: o urbano, símbolo de incorporação do capitalismo e do progresso da técnica, e o rural, refúgio da aristocracia decadente e de antigas relações e formas de vida. A dicotomia entre rural e urbano procurava representar, portanto, as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo industrial ou que a ele se opunham na Europa do século XVII e não a um corte geográfico propriamente dito. A partir disso, o urbano passa a ser associado ao novo, ao progresso capitalista das fábricas, e o rural, ao velho, ou seja, à velha ordem social vigente (Silva, 1996).

Como podemos observar de maneira resumida em Blume (2004), Sorokin & Zimmermann identificam uma série de diferenças empíricas marcantes entre as áreas rurais e urbanas que se relacionam principalmente com as seguintes características:

1. Ocupacionais: diferenças no envolvimento das atividades. No rural, desde jovens, as pessoas se ocupam com um único tipo de atividade, a coleta e o cultivo;
2. Ambientais: os rurais sofrem influência direta do contato com a natureza e das condições climáticas;
3. Tamanho das comunidades: correlação negativa entre tamanho da comunidade e pessoas ocupadas na agricultura;
4. Diferenças na densidade populacional: as rurais são relativamente mais baixas do que as urbanas, devido ao cultivo;
5. Diferenças na homogeneidade e heterogeneidade da população: os rurais tendem a adquirir características semelhantes por se envolverem nas mesmas funções, são mais homogêneos, pois não sofrem os problemas de uma intensiva divisão do trabalho.

Todas as características descritas mencionam a existência de duas realidades que se opõem. Porém, em vários países, simultaneamente às profundas alterações sócio-espaciais, observou-se, durante o século XX, a modificação da característica primária que constitui o embasamento dessa visão: o campo passa a abrigar de forma expressiva as atividades do tipo não agrícolas.

A indústria fez a cidade explodir e desencadear o processo de urbanização extensiva, com a incorporação das periferias mais ou menos distantes pelo tecido urbano. O crescimento das cidades, a industrialização da agricultura e o transbordamento do urbano nas áreas rurais, verificados em vastas regiões do mundo no decorrer do século XX, sugerem que a transição entre os espaços rural e urbano deve ser entendida de acordo com a formulação teórica do continuum. Nessa perspectiva, a polarização antagonica é substituída por um gradiente de variações espaciais.

O problema fundamental desta noção de continuum é justamente a tendência a privilegiar uma visão centrada no urbano, relegando o rural novamente ao pólo atrasado desta inter-relação. A noção de continuum tem como base a dicotomia já conceitualmente postulada, a qual acaba se sobrepondo ao antigo conceito de rural como um lugar de permanência de mão-de-obra barata e desqualificada. (Wanderley, 2001).

Os encantos com a efervescência urbana relegaram o rural a um lugar marginal, palco de tradições e práticas tradicionais residuais, sendo que as noções de progresso e desenvolvimento foram identificadas apenas como parte da sociedade urbana industrial. Para Silva, 1996, as leituras das transformações recentes, baseadas na “urbanização do campo” mantêm essa mesma lógica relegando o espaço especificamente rural à tradição e ao atraso.

Esta vertente das teorias da urbanização do campo e do continuum rural-urbano aponta para um processo de homogeneização espacial e social que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços, sugerindo dessa forma, o fim da própria realidade rural. O problema estaria em não considerar que a realidade rural é socialmente distinta da realidade urbana e isso não nos leva necessariamente a reforçar qualquer visão dicotômica para preservar as singularidades do campo.

É fato que a noção de continuum ou de um processo inter-relacional recorrentemente tem sido utilizada para caracterizar uma homogeneização dos espaços –urbano e rural – e que muitas interpretações baseadas nessa noção têm formulado a hipótese de que o desfecho dos processos recentes de transformação seria o fim do rural dado pela urbanização completa do campo, mas Wanderley, 2000, reforça que mesmo ressaltando as semelhanças,

interferências e continuidades, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois pólos e, por conseguinte, não representam o fim do rural. Para ela as transformações do rural, intensificadas pelas trocas materiais e simbólicas com o urbano, fazem emergir uma nova ruralidade.

## O RURAL NA CONTEMPORANEIDADE

Podemos compreender através da reflexão teórica presente neste trabalho que as atuais mudanças no meio rural seguem uma direção não prevista pelas premissas da sociologia rural. Com isso está sendo colocado em questão o mito fundador da sociologia rural que instituiu a oposição entre campo e cidade como realidades espaciais e sociais descontínuas, mas em relação de subordinação do primeiro à segunda.

Destaca-se na formulação desse mito o pressuposto de que as diferenças entre rural e urbano tenderiam a desaparecer como resultado do processo de urbanização tido como natural e inevitável. Nesses termos o desenvolvimento do campo se daria nos moldes da cidade resultando na expansão e generalização do urbano, o que levaria ao fim o próprio objeto da sociologia rural e a dualidade sobre a qual essa disciplina se constituiu (Martins, 1981).

O questionamento de tais pressupostos desencadeia um importante debate sobre a definição da ruralidade na atualidade. Permeando este debate está a idéia de que a cada parte desta dualidade correspondem características próprias verificadas empiricamente. A busca da essência do rural e do urbano envolveu um amplo debate ao longo de século XX, mobilizando um grande número de autores que se espalharam por uma variada gama de posições e argumentos. Entre estes, destaca-se a associação, quase consensual, entre o

rural e o agrícola que acabou por reduzir a sociologia rural à sociologia da atividade agrícola ou, mais especificamente, à sociologia do desenvolvimento da agricultura, já que muitos dos estudiosos desse campo se voltaram para a análise do rural a partir da perspectiva de sua modernização.

Partindo da definição do rural pela ótica da escassez, da falta e do atraso, constituiu-se uma sociologia baseada muito mais na imagem criada pelos sociólogos sobre como o rural (e seus habitantes) deveria ser, do que na análise do modo de ser e fazer das populações tidas como rurais (MARTINS, 2000).

A essa característica comum à maioria das abordagens sobre o rural – a centralidade da agricultura na organização de sua vida social – encontram-se associadas outras características, tais como a relação específica com a natureza e fraca densidade demográfica responsável, para alguns, pelas relações sociais sustentadas no interconhecimento. (MENDRAS, 1976).

No entanto, as dinâmicas atuais das sociedades rurais têm introduzido novos ingredientes ao debate dando margem a formulação de outras correntes interpretativas. Uma vez que a dinâmica do mundo rural não cabe mais na afirmação da tendência de seu esvaziamento social, econômico e cultural, tornou-se possível para alguns autores falar em “renascimento rural”. Renascimento este que não se identifica à ‘modernização do rural’ nos padrões da cidade, mas à constituição de novas formas de sociabilidade e de relações sociais sustentadas numa complexa rede de atores sociais que não pode mais ser compreendida pura e simplesmente como um processo de urbanização que se encaminha na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade.

Este fenômeno nega tanto o fim do rural como o da dualidade, ambos previstos pelo modelo da modernização homogeneizadora, mas permanece a idéia

de que estaríamos observando uma aproximação entre os padrões de vida da população rural e urbana. No entanto, essa aproximação se daria de diferentes modos e se expressaria em um ‘mosaico de formas e de cores em que se impõem as culturas (KAYSER, 2000).

A partir da análise de dados censitários sobre a França, Kayser identifica uma mudança do ritmo do êxodo rural que estaria dando lugar a um movimento, ainda de difícil qualificação de retorno da população urbana ao campo, constatando a revitalização social e econômica recente de áreas ou localidades rurais que deixaram de ter sua dinâmica centrada na atividade agrícola, mas que nem por isso passaram a se confundir com as realidades urbanas.

É nessa direção que podemos reconhecer uma corrente de pensamento que se opõe à idéia de generalização do padrão de vida urbano, sustentando-se na defesa da permanência das diferenças espaciais e sociais, contextualizadas por processos históricos de reelaboração contínua da dualidade campo-cidade, engendrando novas ruralidades. (WANDERLEY, 2000).

A mesma autora enfatiza também as diferenciações presentes nas representações sociais do rural. Mesmo com os atuais graus de homogeneização e indiferenciação, provocados pelos processos de globalização, “as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais dos indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade” (WANDERLEY, 2001, p.33).

Mais importante do que uma definição precisa das fronteiras entre o rural e o urbano é buscar os significados, do ponto de vista dos diferentes agentes, das práticas sociais que operacionalizam as interações entre estes espaços (Carneiro, 1998, p. 7). Neste sentido, há um ressurgimento que transcende a um simples

esforço de retomada teórica do campo. Estes esforços buscam incluir o campo e seus agentes sociais no contexto dos diferentes processos de transformação pelos quais passa a sociedade ocidental contemporânea.

Estes dois espaços não possuem divisões ou fronteiras tão explícitas, pois há um processo permanente de interações e intercâmbios que precisam ser levados em conta nas análises, sem perder as especificidades e identidades de cada um (CARNEIRO, 1998).

Segundo Maria José Carneiro, algumas questões de conteúdo metodológico se impõem nesse novo contexto: até que ponto é possível continuarmos operando com os mesmos instrumentos analíticos elaborados em outros contextos históricos, econômicos e sociais? Qual o sentido que devemos atribuir ao rural na contemporaneidade? Em outros termos, até que ponto categorias genéricas como 'rural' e 'urbano' são ainda pertinentes para qualificar espaços e universos sociais nas sociedades contemporâneas?

Indagações desse tipo têm levado a uma série de tentativas de respostas que, grosso modo, encaminham dois outros conjuntos de questões: é o rural como categoria analítica que está em jogo e com ela estaria também sendo questionada a dualidade que a sustenta ou será que a emergência de novas ruralidades estaria apontando para novas dinâmicas nos espaços compreendidos nessa dualidade, sem, no entanto, ameaçar o seu conteúdo heurístico?

Em resumo, trata-se da necessidade de elaboração de abordagens alternativas que consigam dar conta desses novos cenários ou trata-se apenas de redefinir as características desse 'novo rural' e assim restituir o seu conteúdo classificatório ou analítico? É necessário pensar o que afinal está em jogo ao falarmos de nova ruralidade: é a constatação de novas dinâmicas sociais, culturais e econômicas em curso no mundo

rural ou seria a expressão de um novo olhar informado por outras lentes que permitiram enxergar – sobre uma variedade de espaços socialmente habitados – uma realidade dinâmica, mutável e com plasticidade que até então era definidora da urbanidade?

Carneiro enfatiza estes e outros questionamentos acerca do rural enquanto categoria de pensamento e afirma que o esgotamento do modelo modernizador nos possibilitou um olhar crítico no sentido de nos liberarmos da imagem hegemônica do rural como espaço da tradição e impermeável a mudanças e, assim, passamos a reconhecer, também no chamado mundo rural, uma diversidade de dinâmicas e atores sociais

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Obviamente o debate que este trabalho suscita, sobre a exclusão do rural e de suas populações das reflexões teóricas e interpretações da realidade, não é novidade e tão pouco se trata de uma criação exclusiva da modernidade. Este tipo de pensamento excludente remonta aos pensadores gregos e à construção de conceitos como cidadania e cidadão, tão caros ao pensamento moderno ocidental.

O advento da modernidade – na esteira da filosofia iluminista que entendia a cidade como “lugar da virtude, da cidadania e da civilização” – marca também a reconquista do domínio político da cidade, incorporando ou transformando a estrutura feudal, dando um novo significado ao sistema urbano a partir da industrialização.

Pode-se verificar também que o papel secundário e residual do rural se faz presente nas reflexões de Marx sobre o desenvolvimento do sistema capitalista ocidental onde há uma centralidade (inclusive a partir de noções e conceitos como a divisão social do trabalho, práxis, produção e reprodução, etc.) da noção de cidade e da oposição desta com o campo.



Na divisão social do trabalho ocorre primeiro uma separação entre trabalho industrial e comercial (dentro do espaço urbano) e, segundo, destes com o trabalho agrícola materializando a divisão e a oposição entre campo e cidade.

O encantamento pela efervescência dos espaços urbanos e suas possibilidades relegou o rural ao esquecimento ou a uma posição de antítese, de oposição à cidade, ao urbano e ao moderno (como o lugar de manutenção de resquícios feudais), mas o surgimento de novos atores sociais no campo se insere em um contexto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais da modernidade ocidental que são exacerbadas pelo que se tem denominado de *globalização*. Esta globalização é constituída, basicamente, por rearranjos nos processos de acumulação do capital que atingem todas as dimensões da vida, inclusive o meio rural brasileiro, abrindo espaço para novas interações com o espaço urbano.

A modernidade – historicamente um conceito relacional identificado com a cidade – produz representações sociais e valores que perpassam os itinerários de vida e influenciam a reconstrução da identidade das populações rurais. Os processos sociais possibilitam, no entanto, releituras e reapropriações destes valores, criando oportunidades e perspectivas de vida que se diferenciam do modo de vida moderno.

Análises sustentadas na dicotomia rural-urbano acabaram por produzir camisas de força incapazes de conter a complexidade da realidade. Resulta então que é a realidade que passa a ser ambígua, contendo características empíricas (ou indicadores) de um e de outro pólo da oposição. Estamos falando, portanto, de uma antiga categoria reapropriada para resolver uma velha e estruturante dicotomia que ressurge no debate sobre a dinâmica da ruralidade nas sociedades contemporâneas.

Porém, mais importante que tentar definir ou redefinir as fronteiras do rural e do urbano seria orientarmos nossos esforços para a busca dos significados das práticas sociais que tornam operacional esse tipo de interação (e distinção) a partir do olhar dos atores sociais. Seria o caso, então, de percebermos essas categorias como representações sociais que podem ser manipuladas ou resgatadas na mobilização de ações coletivas. Nestes termos, a questão principal seria a de identificar o lugar e o significado que essas categorias preenchem nas relações sociais em um espaço determinado.

As mudanças que permeiam as dinâmicas sociais, econômicas e culturais do meio rural trazem à tona a necessidade de uma reflexão teórica sobre as categorias que foram, até o momento, utilizadas pela sociologia rural, pois, a nível internacional, verifica-se a incorporação de novas questões e novas perspectivas teórico-metodológicas para entender velhos problemas. A sociologia rural depara-se hoje com o desafio de realizar um debate científico e livre de conotações ideológicas que objetive, a partir dessas inovações teórico-metodológicas, contemplar as mudanças da realidade compreendendo o protagonismo e a criatividade das populações rurais, sobretudo das populações camponesas que se reinventam mundo afora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

\_\_\_\_\_. “Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo”. In: **Interrelações entre as transformações demográficas e a agenda social**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Aplicadas - IPEA, USP, 2000.

- BLUME, R. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. Porto alegre: FCE, 2004.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, 2001. 34ª ed.
- CARNEIRO, M. J. **Ruralidades: novas identidades em construção**. *Estudos sociedade e agricultur*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 11, 1998.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ática, 2000.
- FREIRE, G. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- KAYSER, Bernanrd. **L'intégration de La ruralité: les campagnes françaises au XXIème siècle**. *Économie Rurale*, Paris, n. 257, 2000.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos Ltda, 1969. 133 p. (Título original: Le droit à la ville).
- \_\_\_\_\_. **De lo rural a lo urbano**. 3. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978. Tradução de Du rural à l'urbain.
- \_\_\_\_\_. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001, 2ª edição.
- MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MENDRAS, H. **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1969.
- \_\_\_\_\_. **La fin des paysans**. Paris: Colin, 1976.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1987, 7ª edição.
- QUEIRÓZ, M. I. P. de. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- SAUER, S. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Trabalho apresentado no 24º Encontro Nacional de Economia Agrária. Águas de Lindóia, São Paulo, 1996.
- ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: B.L..Garnier, 1888, 1ª ed, 2vv.
- VIANA, O. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o 'rural' como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 15, Pernambuco, 2000.
- \_\_\_\_\_. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **Una nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: Clacso, 2001.
- WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez. 1993.
- \_\_\_\_\_. Conceitos sociológicos fundamentais. In: **Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília: UNB, 1991.

\_\_\_\_\_. Conceito e categorias da cidade. In:  
VELHO, G. O. **O fenômeno urbano**. Rio

de Janeiro: Zahar, 1979. 4. ed.

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília/SP.